

**DISPUTAS DE PODER, MEMÓRIA E TERRITORIALIDADES SENHORIAIS:
OS CARTULÁRIOS MEDIEVAIS EM DEBATE.**

Bruno Gonçalves Alvaro

Pós-doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História
da Universidade Federal de Mato Grosso
Professor Adjunto IV de História Medieval e do Programa
de Pós-Graduação em História da UFS
Pesquisador do *Dominium*: Estudos sobre Sociedades
Senhoriais (CNPq-UFS)
E-mail: brunoalvaro@ufs.br

Resumo: O presente artigo tem por objetivo apresentar algumas reflexões sobre o uso dos cartulários medievais como instrumento de poder na consolidação da memória política em territórios marcados pelas relações senhoriais episcopais.

Palavras-chave: Memória; Territórios; *Poder senhorial-episcopal*

**DISPUTAS DE PODER, MEMORIA Y TERRITORIALIDADES SEÑORIALES:
LOS CARTULARIOS MEDIEVALES EN DEBATE**

Bruno Gonçalves Alvaro

Pós-doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História
da Universidade Federal de Mato Grosso
Professor Adjunto IV de História Medieval e do Programa
de Pós-Graduação em História da UFS
Pesquisador do *Dominium*: Estudos sobre Sociedades
Senhoriais (CNPq-UFS)
E-mail: brunoalvaro@ufs.br

Resumen: El presente artículo tiene por objetivo presentar algunas reflexiones sobre el uso de los cartularios medievales como instrumento de poder en la consolidación de la memoria política en territorios marcados por las relaciones señoriales episcopales.

Palabras clave: Memoria; Territorio; *Poder señorial-episcopal*

Jamais houve uma interpretação errônea que não pudesse ser revista, ou derrubada. Jamais houve uma história que não pudesse ser em algum grau recuperada e compassivamente compreendida em seus sofrimentos e realizações.

Edward W. Said

Apresentação introdutória

Impus-me neste artigo me colocar um problema: sendo eu historiador de formação e medievalista por escolha, vivo constantemente envolvido nas trincheiras de batalhas contra os determinismos institucionais que tentam emudecer a pertinência das reflexões sobre as relações de poder e dominação na História, independentemente do recorte cronológico aos quais pesquisadoras e pesquisadores da área tenham escolhido como laboratório de testes para suas hipóteses analíticas, mas, sobretudo, minha frente de combate jaz em minha especialidade de atuação, que é a História Medieval.

Vejamos então que há um pano de fundo epistemológico nas reflexões que aqui serão expostas e, por que não, um posicionamento político-institucional de (re) afirmação de uma subárea no campo intelectual da História.

Dito isso, tomei como meta tratar de um tema que tem sido muito caro às minhas reflexões desde minha tese de doutorado defendida em 2013 no Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, perpassando, também, pelo meu estágio pós-doutoral realizado no PPGHis-UFMT, entre 2014 e 2015. Refiro-me a uso dos cartulários eclesiásticos como fonte de estudo, cujo contato se iniciou em 2010, graças a um financiamento por parte da Université de Poitiers.¹

Assim, ao pensar sobre qual melhor ponto de partida na caminhada de se refletir a respeito da importância dos cartulários eclesiásticos medievais, esses compêndios documentais tão bem conhecidos por arquivistas e historiadores e que fazem parte fundamental dos resultados intelectuais de estudos sobre as sociedades centro medievais europeias, eu me deparei com diversas trilhas, ou até mesmo atalhos, na tentativa de

¹ Sou extremamente grato ao Prof. Dr. Stéphane Boissellier, da Université de Poitiers, pela indicação de meu nome à Casa de Velazquez, no ano de 2010, para obtenção de bolsa de custeio para minha participação no *Troisième Atelier d'études médiévales ibériques*, local onde minha pesquisa passou a se gestar com mais confiança e onde pude firmar gratificantes amizades acadêmicas.

expor aqui da maneira mais clara o possível, como eles nos servem como importante objeto de análise tátil e discursiva, servindo tanto aos filólogos, arquivistas, historiadores, etc.

Mesmo hoje num tempo tão acelerado, cuja informação é um dado em constante modificação principalmente por esse novo e (talvez) infinito repositório de documentos tão diversificados que é a Internet, os “estáticos” cartulários medievais se tornaram muito mais acessíveis e nos permitem infinitas possibilidades de abordagens, análises, questionamentos e conclusões não só sobre o passado em que foram produzidos, como também ao passado a que prestaram seu serviço. Ou seja, o futuro do passado dos cartulários pode ser para nós o melhor exercício crítico na esfera da arquivística e da historiografia na contemporaneidade. Observa-se então quão complexa é minha empreitada neste texto.

Mas, diante do bom combate decisório frente a dúvida sobre como e por onde partir, enveredarei pelo trajeto que considero a paisagem mais proveitosa para leitura. Tratarei das disputas de poder em territórios senhoriais por meio da memória, consolidada, a meu ver, nos cartulários medievais de duas regiões específicas do que hoje corresponde a Espanha: Santiago de Compostela e Sigüenza.

Minha principal preocupação é a de demonstrar como eles foram instrumentos impactantes nos conflitos senhoriais entre bispos, mas, também destes últimos com a aristocracia laica ibérica entre os séculos XI, XII e XIII. Como espero demonstrar, reafirmo que eu utilizarei os cartulários das dioceses destas regiões para lustrar a pintura de um quadro que se tornou um tanto obscuro na história institucional medieval, mas que aos poucos vêm ressurgindo com seus tons reavivados por novos olhares revisionistas na historiografia.

Tendo em vista as disputas de poder influenciadas pelas tensas relações políticas e militares durante a Idade Média Central Ibérica, de que maneira os senhores bispos de Compostela e Sigüenza se fizeram valer do capital simbólico da perpetuação das doações que eram destinadas às suas dioceses e sua consolidação como memória identitária na formação de territórios e fronteiras senhoriais episcopais?

Será esta a pergunta norteadora deste breve estudo, mas para melhor compreendê-la e, conseqüentemente, responde-la, é necessário que entendamos o que eram efetivamente os cartulários na Idade Média, os motivos de suas criações, seus usos práticos, sua

importância, etc. Ou seja, é mister apresentarmos uma pequena história dos cartulários medievais, especificamente, os de Santiago de Compostela e Sigüenza.

Uma pequena introdução aos cartulários medievais: Os casos compostelano e seguntino

Em um importante artigo intitulado *Origen y función de los cartularios hispanos* (2005), Carlos Sáez Sánchez afirma que os cartulários são livros nos quais se copiavam os documentos recebidos por algumas instituições. Eles são um fenômeno europeu que surge no século X e, ao que tudo indica, na *Hispania* em finais do século XI, sendo utilizados até o XIX. Sua elaboração relaciona-se, na Europa, a um movimento que consiste na ordenação e sistematização dos benefícios eclesiásticos, com o objetivo de fazer frente às usurpações laicas. No caso hispânico, geralmente defende-se, como possível origem para os cartulários, a ilegibilidade da escrita visigótica dos pergaminhos originais para os clérigos dos séculos XII e XIII e da instabilidade política dos reinos de Castela e Leão, o que aconselhava fazer uma cópia de segurança dos pergaminhos soltos.

Segundo o pesquisador:

Pero el aspecto más interesante de un cartulario es descubrir su origen y la causa de su elaboración, es decir, la búsqueda de la razón por la que se ha optado por la conservación en un libro de algunos documentos escogidos de un archivo. Es normal que no todos los documentos de un fondo pasen al cartulario, sino sólo los de mayor interés para la institución. Precisamente es este un tema muy poco estudiado. Por ello vamos a proponer hipótesis sobre las diferentes causas que dieron origen a cartularios, pues es obvio que cada libro tiene su explicación particular. Se ha intentado relacionar el origen de tales libros con los polípticos y con otros documentos procedentes de la Antigüedad. Pero pensamos que debido a las circunstancias particulares de la península ibérica, y en especial por la invasión musulmana, será muy difícil demostrar una relación directa entre estos textos antiguos y los cartularios de los siglos XI al XIII. Más bien su aparición, que no es casual, debe estar en relación con la llegada de los cluniacenses a la península, aunque este hecho debería ser estudiado con una cierta profundidad. De él se habla con brevedad en uno de los apartados que siguen. Tradicionalmente, se han dado también razones de tipo utilitario para explicar la confección de cartularios. Por ejemplo, para evitar frecuentes pérdidas que se producirían por descuidos, incendios, saqueos o robos, o para no manipular y estropear los originales. Sin ser cuestiones despreciables, como veremos, no son suficientes para justificar el nacimiento de la mayoría de estos libros, que habitualmente no tienen una sola sino varias razones de ser (SÁEZ SÁNCHEZ, 2005, p. 42-43).

No geral, é possível encontrar diversas nomenclaturas àquilo que estamos chamando, assim como Sáez Sanchez, de cartulários. Dependendo da região ou mesmo da historiografia ibérica manuseada poderão ser encontrados sinônimos como *tumbos*, *becerros*, códices diplomáticos, etc. Mas como pode-se verificar, a sua função é bem clara: compilar a perpetuação do processo de memória, entendida aqui como saber.

Para ele:

Parece claro que los documentos trasladados en los cartularios son copias recopiladas en forma de libro. De ahí el especial interés que ha habido en ambientes codicológicos y diplomáticos por su estudio, pues pertenecen tanto al ámbito de los libros como al de los documentos. En nuestra literatura especializada se ha hablado de *registros* y *cartularios*. Estos nombres a veces se confunden pero hay ciertas diferencias entre ellos. En los registros se copian, de manera íntegra o abreviada, los documentos que ha expedido una institución. En los cartularios se transcriben, en cambio, los documentos recibidos por la institución, normalmente para preservar derechos adquiridos o propiedades, aunque, como se verá, las razones de ser de un cartulario pueden ser muchas (SÁEZ SÁNCHEZ, 2005, p. 38).

Poderíamos ficar aqui observando as areias do tempo mudando de posição dentro da ampulheta que nos rege e adornar com mais detalhes os cartulários, contudo, considero mais interessante partirmos para o uso prático de seu estudo para se pensar como isso era um fator importante no cotidiano de negociações políticas na Idade Média. Mas antes de me valer desta metodologia para a exposição de minha análise, gostaria de compartilhar alguns breves detalhes sobre os cartulários de Santiago de Compostela – este comumente chamado de *Tumbo A* – e de Sigüenza.

O *Tumbo A*, um dos mais importantes, se não o mais importante cartulário da Península Ibérica, pode ser consultado por meio de uma ótima edição crítica elaborada por Manuel Lucas Álvarez e intitulada *La documentación del Tumbo A de la Catedral de Santiago de Compostela* (1997). Esse, ao menos, tem sido a forma mais viável de se trabalhar com a documentação deste senhorio episcopal.

O estudo crítico realizado por Lucas Álvarez está dividido em duas partes, a primeira é uma análise das fontes documentais utilizadas, enquanto a segunda são os documentos propriamente ditos. Um total de 165 cartas de doações que vão do ano de 834 – uma carta de doação de Alfonso II a Igreja de Santiago e ao bispo Teodomiro – até 1255 – uma concessão de Alfonso X ao arcebispo Juan Arias de uma vila.

O pesquisador destaca que da primeira parte do *Tumbo A*, em suas três séries tradicionais, não se conservou nenhum documento original, ou seja, são cópias datadas, aproximadamente, a partir do século XVI. Contudo, o mesmo não se pode afirmar sobre a segunda parte, correspondente aos escritos que vão de 100 a 165 do *Tumbo*. Desta segunda parte, considera-se original um documento emitido pela chancelaria de Fernando II, datado de julho de 1175, recolhido na carpeta 7, número 7, do arquivo capitular compostelano. No entanto, sobre a possível “originalidade” desta carta, alerta Lucas Álvarez:

Aunque en él la línea de cancellería se distancia gráficamente del resto del documento, éste no tiene plica para el sello, a no ser que haya sido cortada anteriormente y las grafías del texto se diferencian claramente de las usuales en otros originales del mismo monarca, por lo que mantengo alguna reserva sobre su originalidad (LUCAS ÁLVAREZ, 1997, p. 29).

Em contrapartida, para ele, parecem originais indiscutíveis os seguintes documentos: de 24 de março de 1180, emitido pelo mesmo Fernando II, e outro de 7 de novembro de 1212, de Alfonso IX. Em ambos a disposição do texto e a grafia são as usuais do período e conservam as pregas e as perfurações para a aposição do selo, embora este tenha desaparecido nos dois exemplares manuscritos das doações.

O *Tumbo A* da catedral de Santiago é um códice diplomático que em sua estrutura atual se apresenta como manuscrito de 475 X 355 mm., composto por 71 *folios*, escritos e iluminados. Conforme descrição de Lucas Álvarez:

Con numeración correlativa atribuible a los siglos XVI-XVII, situada en el centro y parte superior derecha respectivamente del recto de cada folio; y a ellos hay que añadir un cuaternión inicial incorporado en el año 1775, cuando el canónigo-cardenal don José Valcarce compuso un índice de los documentos del Tumbo (LUCAS ÁLVAREZ, 1997, p. 30).

O cartulário está encadernado:

En piel negra sobre gruesa tabla de castaño con decoración gofrada barroca y adornada con cuatro clavos y una venera jacobea de latón dorado en el centro, tanto en la tapa anterior como en la posterior. Se cierra con dos broches sencillos del mismo metal. Presenta fuertes nervaduras, sin ninguna titulación en el tejuelo (LUCAS ÁLVAREZ, 1997, p. 30).

Lucas Álvarez afirma que não se sabe se houve outras encadernações anteriores, não obstante, através do testemunho de Ambrosio de Morales, é possível deduzir que já no

século XVI tenha havido uma encadernação em capa negra. Por este motivo, Morales teria qualificado o *Tumbo A* como *Tumbo Negro*.² Confeccionado em pergaminho de boa qualidade e técnica, o cartulário

Presenta los folios reglados vertical y horizontalmente a punta seca dispuestos para recibir el texto a dos columnas, con márgenes laterales, superior e inferior de dimensión imprecisa por los cortes realizados en los bordes en las sucesivas encuadernaciones, por lo que, sin duda, ha perdido los posibles “pinchazos” que enmarcarían el lineado. La disposición de los distintos bifolios que componen los cuadernos es siempre la misma con una alternativa constante “*p. c/c. p*” en la primera parte y “*c. p/p. c*” en la segunda (LUCAS ÁLVAREZ, 1997, p. 30).

Não vou me alongar com pormenores sobre sua ornamentação, contudo, é fundamental que eu lhes apresente seu conteúdo para uma melhor compreensão das disputas de poder e o uso dos cartulário compostelano nas negociações senhoriais.

Apesar de eternizado na historiografia como *Tumbo A*, a compilação atual de fato não leva título algum e começa pelo *Índice*, no qual, apesar de algumas correções de datas, não se resolvem os problemas cronológicos dos documentos e equivocadas atribuições de outorgantes das doações. Após o *Índice* há um *Proemio*, em que são expostos os motivos para a confecção do cartulário. O conteúdo total é organizado em cinco livros, nos quais são organizados em cada um deles uma categoria social de outorgantes: no primeiro, os reis; em seguida, os cônsules ou condes e a família real. No terceiro livro encontram-se os documentos de arcebispos e bispos, enquanto no quarto livro alocam-se os poderes de menor expressão. Por fim, no quinto livro, estão os documentos da família capitular.

É possível verificar, também no *Proemio*, o nome do “inspirador” e “coordenador” do texto, o tesoureiro da Igreja compostelana e ex-chanceler de Alfonso VII, Bernardo, assim como a data de iniciação do trabalho: 1129.

Ao que tudo indica, o *Proemio* deveria ser o começo dos textos documentais, no entanto, como alerta Manuel Lucas Álvarez, pelo estilo que ele está redigido, tudo aponta para que fosse escrito posteriormente e que, mais que um prólogo, devemos considerá-lo um *Colofón*. Quanto ao ano de 1129, para sua data de confecção, Lucas Álvarez ressalta que diante a descoberta de um novo códice datado do século XVI, a

² Cf. Nota manuscrita de Ambrosio de Morales, presente no folio 16v-17r do manuscrito 82-1-13 da Biblioteca Capitular de Sevilla.

mesma pode ser recuada para antes do século XII, como indicam as informações presentes no novo códice (LUCAS ÁLVAREZ, 1997, p. 31).

Em termos gerais, a tradição *codicológica* defende como segura e definitiva a datação de 1129 para a confecção do *Tumbo A* e o ano de 1134 como data máxima para sua conclusão. Lucas Álvarez ressalta que

El Proemio, escrito después de haberse terminado la escritura del manuscrito, describe el programa total del Tumbo ideado por el tesorero Bernardo, pero tal proyecto no siguió adelante y el códice inicial quedó reducido a los cuarenta primero folios, ya que los restantes hasta el 71 son adiciones posteriores ajenas al primer propósito de su coordinador (LUCAS ÁLVAREZ, 1997, p. 45).

Diferentemente do caso compostelano, a documentação diplomática da diocese de Sigüenza não recebeu, ainda hoje, um estudo crítico específico após a sua publicação por Toribio Minguella y Arnedo, em 1910, como anexo de sua *Historia de la Diócesis de Sigüenza y sus Obispos*. E quanto ao seu cartulário, ele foi estudado, até onde foram meus levantamentos bibliográficos, por Carlos Sáez Sánchez em dois artigos específicos: *Ordenar y conservar en la catedral de Sigüenza (siglos XII-XIII)*, de 2001, e *Orden, conservación y ostentación: el cartulario de la catedral de Sigüenza (c. 1212)*, publicado em 2006.

Nestes textos, o professor de Paleografia e Diplomática da Universidad de Alcalá de Henares ressalta que “a pesar de la riqueza de su fondo de manuscritos medievales, que se remontan hasta el siglo X, la biblioteca capitular de Sigüenza no goza de la fama de otras españolas” (SÁEZ SÁNCHEZ, 2006, p. 172), como, por exemplo, Toledo, Sevilha ou mesmo Santiago de Compostela. Carlos Sáez Sánchez identifica esse problema de isolamento e falta de “divulgação” documental à situação geográfica dessa cidade de raiz medieval longe das principais vias de comunicação (SÁEZ SÁNCHEZ, 2006, p. 172).

Esses artigos, assim como, por exemplo, os publicados por Almudena E. Gutiérrez García-Muñoz (2002 e 2002b, com Saéz Sanchez), tem a peculiaridade de pôr em pauta a importância e riqueza dos arquivos seguntinos, destacando, fundamentalmente, os do período medieval. Contudo, não apresentam nenhum estudo crítico da documentação propriamente dita.

Assim, o melhor acesso que podemos ter ao cartulário ou pelo menos parte do cartulário da diocese de Sigüenza na Idade Média Central realmente é através da obra de fôlego do filólogo espanhol Minguella y Arnedo, escrita por ele entre 1910 e 1913. Inclusive, seu extenso trabalho é, ainda hoje, a mais completa síntese que se pode ter acesso sobre a história do bispado de Sigüenza.

Somente no volume I são apresentados 273 documentos, alguns transcritos do *Cartulário* da Catedral de Sigüenza e outros a partir dos pergaminhos soltos preservados no arquivo diocesano. Eles estão presentes nos anexos intitulados *Apéndices* e *Colección Diplomática*. No volume II são mais 179, sem contar uma lista com mais 19, à parte, como um complemento à coleção, mas que não foram copiados “por parecermos de menos importancia” (MINGUELLA Y ARNEDO, 1912, p. 673). Ou seja, são um total de 452 documentos, que vão do ano de 1124 a 1529. Confesso não ter descoberto ainda hoje os motivos pelos quais o terceiro volume da obra não seguir o mesmo padrão das demais, pois não há a presença de *Apéndices* e a *Colección Diplomática*.

Criado por iniciativa do bispo seguntino Rodrigo, que esteve à frente da diocese entre 1192 e 1221, o cartulário da Catedral de Sigüenza é o resultado de pelo menos três fases diferentes. A primeira delas compreendeu o período de 1207-1212, no qual se realizou a cópia da maior parte da documentação, que inclui os documentos do período de Bernardo de Agén (primeiro senhor-bispo de Sigüenza entre 1121 a 1151) até 1212. A segunda fase encerra-se em 1250, enquanto a última se prolonga a partir dessa data adentrando o período moderno.

Para Carlos Sáez Sánchez (2006, p. 185), além das motivações práticas para a elaboração do cartulário por parte do oitavo senhor-bispo de Sigüenza, ou seja, evitar frequentes perdas motivadas por roubo, descuido no manuseio, incêndios, para preservação dos originais, proteger-se da instabilidade política, etc., deve-se somar, também, certo desejo de ostentação por parte das dioceses. Isso pode ser verificado, por exemplo, através de outro cartulário, o já citado *Tumbo A* da Catedral de Santiago de Compostela, confeccionado em 1129.

No *Proemio* do *Tumbo A* se alude tanto a ilegibilidade das escrituras como suas perdas para justificar a elaboração do cartulário. Contudo, para Sáez Sánchez parece evidente, também, a já referida vontade de expor a grandeza da sede compostelana, que mediante os adornos e miniaturas presentes no códice, pretendia mostrar a riqueza da nova

dignidade arcebispal que havia sido dotada alguns anos antes, em 1120 (SÁEZ SÁNCHEZ, 2006, p. 185-186). Deste modo, por comparação, podemos considerar ser o mesmo caso para a elaboração do cartulário de Sigüenza.

No que diz respeito a utilização prática do manuseio dos cartulários eclesiásticos, por comportar em apenas um volume grande parte da documentação diplomática das dioceses, sua consulta se tornava facilitada. Isso demonstra, entre outras coisas, que, apesar de símbolos de ostentação, os códices também eram ferramentas de utilização cotidiana. Como afirma Carlos Sáez Sanchez, “las muchas anotaciones marginales que suele haber en los cartularios hispanos puebran que eran libros que se utilizaban constantemente” (SÁEZ SÁNCHEZ, 2006, p. 186).

Sáez Sánchez descreve da seguinte maneira o cartulário de Sigüenza:

Sigue por tanto el modelo de los libros universitarios nacidos en París, Bolonia y Oxford, cuyo fin es el estudio y la consulta. En ellos era necesario poder encontrar con facilidad cualquier parte de su contenido, hecho que constituye su primer objetivo. (...) el libro seguntino conserva una fuerte tradición altomedieval. Su ornamentación es remarcable, por lo cual no es del todo un libro utilitario, sino un libro-tesoro como otros muchos altomedievales, con una finalidad de ostentación del comitente, (...). Por tanto, algunos de sus elementos sirven para ambos fines, utilidad y ostentación: las iniciales que alternan rojo y azul sirven tanto para uso y facilidad de búsqueda como para crear un libro lujoso. Por otra parte, y a diferencia de otros cartularios hispanos, no ha sido casi usado, pues sus márgenes se conservan intactos y en muy buen estado. Las anotaciones que hay son más bien escasas y la inmensa mayoría modernas, de los siglos XVI al XVIII. Es por tanto un libro destinado a perpetuar el saber pero no para ser consultado, mientras que los nuevos libros que nacen al calor de las universidades son libros para ser leídos y para transmitir su contenido. Los centros eclesiásticos de la alta edad media se limitan a custodiar los libros pero el nuevo libro escolástico conserva, transmite y divulga el saber. El cartulario seguntino se encuentra por tanto entre ambos conceptos (SÁEZ SÁNCHEZ, 2006, p. 187 e 188).

Observa-se, assim, que o cartulário de Sigüenza foi confeccionado para conservar os direitos dos cônegos e dos bispos da catedral, ou seja, ele tem um fim jurídico bem específico, além de se enquadrar na situação ao qual estão relacionados os seus prelados: o duplo exercício como senhores e bispos. Nada mais justificável que o bispo Rodrigo de Sigüenza, frente à instabilidade do reino de Castela naquele período,

buscasse certa segurança ao copiar e compilar os pergaminhos soltos com os vários privilégios obtidos até aquele momento.³

Em resumo, os cartulários de Santiago de Compostela e de Sigüenza, de maneira bem geral, podem ser entendidos em suas funções práticas: serviam para guardar os documentos referentes aos direitos adquiridos de forma organizada, prestavam à conservação da memória e, por fim, ostentavam a grandeza e riqueza das dioceses. Nesse último quesito, mais uma vez, há um aspecto que deve ser abordado.

Os bispos de Sigüenza entre os séculos XII e XIII gozavam de certo prestígio junto à coroa castelhano-leonesa, o que pode ser atestado por meio da sua presença em eventos decisivos e marcantes da política monárquica: a conquista de Cuenca (1177) e nas batalhas de Alarcos (1195) e Las Navas de Tolosa (1212). Isso demonstra, entre outras coisas, que a atividade senhorial dos seus bispos foi um fator primordial para o recebimento de doações. Demonstra também que suas relações com a instituição monárquica foram constantes, como evidencia a abundante documentação real existente no arquivo de sua catedral (SÁEZ SÁNCHEZ, 2006, p. 191).

Por fim, tanto a respeito do constante diálogo com a monarquia de Castela e Leão, como sobre o aspecto de “ostentação” na origem do cartulário seguntino, podemos corroborar com Sáez Sánchez quando afirma que:

Este obispo [Rodrigo] se sabe inferior frente a las figuras de sus predecesores. No olvidemos que Bernardo de Agen, además de primer obispo de la diócesis fue canceller y capelán de Alfonso VII; Cerebruno, tutor de Alfonso VIII y arzobispo de Toledo, tras abandonar Sigüenza; y su más inmediato predecesor, San Martín de Finojosa, fue uno de los primeros abades del monasterio de Santa María Huerta y muy cercano a la curia pontificia. Don Rodrigo, aunque personaje notable también en su momento gracias a su participación en batallas tan importantes como las de Alarcos y las Navas de Tolosa, no alcanza la categoría de sus predecesores. Durante su prelatura la reconquista ya había concluido prácticamente en su entorno, por lo que Sigüenza pierde su valor estratégico y la posibilidad de aumentar territorios a costa de los musulmanes. Una vez limitada la expansión exterior, los ojos de don Rodrigo se vuelven hacia el interior de su diócesis y comienzan a mediar en disputas, internas o con diócesis contiguas, en las que el obispo aparece ya sea como parte implicada o como juez (SÁEZ SÁNCHEZ, 2006, p. 192).

Sendo assim, evidencia-se que a criação do cartulário está vinculada à necessidade do bispo Rodrigo de Sigüenza perpetuar sua memória senhorial junto a de seus

³ Um fato que corrobora com a ideia são as diversas referências em concílios dos séculos XI ao XIII à usurpação de bens da Igreja por parte dos senhores laicos.

antecessores, que como demonstrado pelo professor Carlos Sáez Sánchez, estiveram nos grandes círculos de poder do período. Fora isso, devo salientar a importante informação relacionada à gradual perda de importância estratégico-militar no processo de avanço territorial sofrida pela diocese seguntina após Las Navas de Tolosa.

No que diz respeito a descrição do cartulário de Sigüenza, ele

Está encuadrado en tabla forrada de cuero de color marrón claro tirando a rojizo, repujado con motivos platerescos propios del siglo XVI. La encuadración está muy bien conservada aunque algo desgastado por el uso. Mide 33 x 23 cm., y 5 cm. de lomo aproximadamente. El manuscrito fue guillotinado para la ocasión pero como tenía (y sigue teniendo) amplios márgenes, se produjeron en él escasas mutilaciones significativas. Únicamente resultaron cortadas una de las numeraciones de folios, algunas notas marginales y adornos de una inicial del folio 11v; y, como elemento más importante, los títulos de los documentos que sirvieron de modelo para la rúbrica, situados en la parte inferior de las páginas y que han desaparecido casi todos. Dos bifolios modernos de pergamino fueron usados como hojas de guarda. El códice se encuentra en óptimo estado de conservación. Consta de 151 folios numerados en época actual. A partir del folio 7r, en el que comienza la reproducción de los documentos, aparecen tres numeraciones más, todas ellas modernas. Por otra parte, a lo largo de los amplios márgenes del cartulario se observan algunas notas, comentarios, signos de llamada, numeraciones de documentos e incluso algún cálculo de una data, que son pruebas de su utilización posterior con fines prácticos (SÁEZ SÁNCHEZ, 2006, p. 175).

Finalmente, a análise da estrutura hierárquica do cartulário seguntino possibilita inferir sobre as relações e disputas de poder no senhorio episcopal de Sigüenza na Idade Média Central, uma vez que a documentação se organiza na seguinte ordem no códice: Em primeiro lugar, os documentos dos reis castelhanos, máximos benfeitores da diocese de Sigüenza; em seguida, os diplomas papais, uma vez que os pontífices romanos só beneficiaram a igreja de forma escassa e distante. Sem contar que se tratam de documentos que se referem a pleitos relacionados a limites de fronteiras com outras dioceses, inclusive ocasiões em que Sigüenza saiu derrotada, o que explicaria os motivos para que os representantes de São Pedro tenham sido relegados a segundo plano na organização do cartulário e, por fim, documentos emitidos pelos próprios bispos e pelos cônegos da catedral (SÁEZ SÁNCHEZ, 2006, p. 176).

As disputas de poder nos territórios senhoriais episcopais

Se olharmos mais de perto as relações de poder e suas características disputas no decorrer de toda a Idade Média Central na Península Ibérica, as dioceses de Santiago de

Compostela e Sigüenza, saltam aos olhos por três dados, no mínimo, curiosos quando atrelados às nossas reflexões de hoje: 1) a discrepância entre os números de posse de senhorios entre cada uma delas e, conseqüentemente, 2) a abrangência de seus territórios e fronteiras e, 3) seus cartulários como apresentados até aqui. Esses três pontos só poderiam nos induzir o quanto os senhorios episcopais de Santiago de Compostela e Sigüenza foram instituições díspares se contrapostas comparativamente. Afirmo que não e vejamos por que.

Conforme levantamento realizado por Manuel Pérez Villamil num informe publicado em 1916, na Real Academia de la Historia, e intitulado *El señorío temporal de los obispos de España en la Edad Media*, a diocese de Santiago de Compostela, localizada na região da Galícia e importantíssimo centro de peregrinação medieval, possuiu o total de 527 senhorios durante toda sua história na Idade Média. Isso significa, inclusive, que os episcopados senhoriais compostelanos superaram os toledanos, outra importante sede eclesiástica medieval cujos bispos detiveram um total de 172 senhorios.

Bem mais modesta e tendo atualmente mudado pouco seu mapa de limites territoriais frente ao que foi no Medievo, Sigüenza encontra-se localizada na região central da Comunidade Autónoma de Castilla-La Mancha, pertencendo a província de Guadalajara e delimitando fronteiras, principalmente, com os municípios de Atienza e Medinaceli. Segundo o mesmo estudo de Pérez Villamil, os episcopados medievais seguntinos, durante todo o período medieval, detiveram apenas oito senhorios, demonstrando assim o limitado recorte regional de atuação efetiva de seus senhores-bispos, ao menos se comparado com Santiago de Compostela.⁴

Contudo, como ficou evidente até aqui, estes dados quantitativos e frios podem nos enganar. Apesar do pouco raio de ação numérica de senhorios, os bispos de Sigüenza foram extremamente influentes durante os séculos medievais que correspondem ao teatro de ações da chamada *Reconquista* e essa conclusão é fundamentada na configuração de seu cartulário, principalmente, quando comparado ao *Tumbo A* da Catedral de Santiago de Compostela.

Apesar de antiquíssimo, o texto que apresenta a pesquisa empreendida por Manuel Pérez Villamil, não foi superado, ao menos em termos de empenho no levantamento

⁴ Considero interessante observar que o mapa de importância das atuais cidades espanholas, me parece, está intimamente vinculado às trajetórias de atuações políticas de seus senhores eclesiásticos, por lado, e laicos, por outro.

quantitativo de senhorios. Evidentemente, suas conclusões são datadas, afinal, todo texto historiográfico que se prese será colocado ao crivo do revisionismo e dos avanços acadêmicos, seja lenta ou muito rapidamente. E apesar de pouco consultado durante muito tempo pelas gerações posteriores de historiadoras e historiadores, a meu ver, em especial, por seus posicionamentos favoráveis à presença do chamado feudalismo na Península Ibérica, o que gerou e continua a gerar a repulsa de um certo grupo de oposição que, erroneamente, tende sempre a vincular esta linha interpretativa como exclusividade do Materialismo Histórico de Marx, seu texto é um marco fundador para todos que pretendam pesquisar os senhorios episcopais da *Hispania* na Idade Média. Vale a citação de uma passagem emblemática e que ilustra como muitas vezes o ar de novidade em História é um mero flerte com o nosso desconhecimento do passado intelectual do tema estudado:

Mezclados y confundidos con los demás Señoríos eclesiásticos que compartieron con los laicos la organización feudal de los siglos medios, los que ejercieron los Obispos españoles no han alcanzado hasta ahora el detenido examen à que son acreedores, por los singulares beneficios que dispensaron à la formación y al progreso de la sociedad española durante la Reconquista. Es verdad, que como tales Señoríos participaron de los mismos privilegios e inmunidades de todos ó [sic] casi todos los que el régimen feudal creó para suplir à la debilidad de los Reyes, faltos de los necesarios medios de acción con que acudir al remedio de las necesidades de sus pueblos; pero aunque iguales a los demás Señoríos en cuanto à su condición jurídica, en el orden histórico, que es el que á [sic] nosotros más interesa, ó [sic] sea en las formas y modos de su funcionamiento, merecen capítulo aparte en la historia ejemplar y educadora de nuestras instituciones jurídicas y sociales (PÉREZ VILLAMIL, 1916, p. 362 e 363).

Observa-se que Pérez Villamil nos abre a possibilidade de investigar as especificidades dos senhorios-episcopais que, para ele, são ainda um tipo inserido no quadro geral do que chama de senhorio eclesiástico. Ou seja, no quadro mais amplo é possível ainda encontrar os senhorios de abadengo ou monástico. E aqui entra em cena, ao menos para mim, a importância de atrelar os cartulários à questão da perpetuação da memória do que venho chamando há algum tempo de *poder senhorial-episcopal*, que defino, muito resumidamente aqui, como um tipo específico de poder de dominação exercido pelos senhores-bispos através do báculo e da espada nos territórios diocesanos (ALVARO, 2013).

Os bispos quando envolvidos nas relações senhoriais tomam para si uma condição singular e fundamental no manejo dos conflitos, negociações e tensionamentos cotidianos da

política medieval: de posse do *poder senhorial-episcopal* passam a se valer não mais somente da condição pastoral como também da posição enérgica e prática de conduzir ações armadas, punitivas e diretivas contras seus oponentes. Não existe violência desordenada na Idade Média, sobretudo para esses senhores-bispos. Ao contrário, ela é o elemento catalisador das muitas conquistas que serão eternizadas nas crônicas e registradas nos cartulários para consultas e comprovações futuras diante de usurpadores que certamente reclamarão as mudanças repentinas do vento político e imediatamente ameaçarão um passado que os senhores-bispos sabem: não cessa de se transformar. Penso eu que, deste modo, só posso afirmar que a violência senhorial-episcopal é o melhor meio de fortalecimento da ossatura da memória que sustentará o corpo institucional da prática do *poder senhorial-episcopal* perpetuado através de doações redigidas com tintas de sangue antes de serem registradas nos cartulários.

Essa referência à memória me faz evocar Jacques Le Goff no seu clássico livro *História e Memória*, quando nos afirma que na Idade Média, em especial, a partir do século XII:

O escrito desenvolve-se a par do oral e, pelo menos no grupo dos clérigos e literatos, há um equilíbrio entre memória oral e memória escrita, intensificando-se o recurso escrito como suporte da memória.

Os senhores reúnem nos seus *cartularii* as cartas a produzir em apoio dos seus direitos e que constitui, no domínio da terra, a *memória feudal*, cuja outra metade, do lado dos homens, é constituída pelas *genealogias* (LE GOFF, 1996, p. 450).

Por isso mesmo, que após regressar da Batalha de Alarcos, ocorrida em 1195, o senhor-bispo Rodrigo de Sigüenza se apressa a doar, no ano seguinte – em negociação com seu Capítulo –, suas heranças de peregrino, vejamos o documento presente no cartulário de Sigüenza:

Em nome de Deus. Que seja conhecido pelos presentes e pelos que virão que eu R[odrigo], bispo de Sigüenza, partindo em expedição contra os sarracenos, recebo do capítulo da igreja segontina, mutuamente, Mil maravedises de *maiordominus* e os setecentos [maravedises] de *camerarius*, pelos quais obrigo aos mesmos as minhas heranças de peregrino e [as existentes ainda] em Romanones, de tal modo que recebam integralmente os frutos daqueles [bens], excetuados os mencionados maravedises, e estabeleço o prior, em nome do capítulo, em possessão das mencionadas heranças. Em testemunho destas obrigações faço a presente página e a confirmo com

o acréscimo de nosso sinal. Carta [de doação] feita em Sigüenza no ano de 1234 da era [de Cristo] ⁵.

É interessante observar que mesmo seu Capítulo é um iminente ponto de tensão na ação de seu *poder senhorial-episcopal*: a negociação política se inicia sempre no micro, é o que posso dizer.

A seguir, demonstrarei mais dois exemplos que elucidam bem as disputas de poder, a questão da memória e como isso atrelava-se a constituição dos territórios senhoriais episcopais, num misto de negociação e conflito.

Trata-se de duas cartas de doações emitidas por Alfonso VII de Castela e Leão direcionadas ao senhor e arcebispo de Santiago de Compostela, Diego Gelmírez e ao senhor-bispo Bernardo de Sigüenza. Tais doações estão presentes, respectivamente, no *Tumbo A* e no cartulário seguntino.

Promessas e cobranças: Alfonso VII e suas relações com os senhorios episcopais de Santiago de Compostela e Sigüenza

As disputas de poder em solo castelhano-leonês foram emblemáticas durante o período de governo de Alfonso VII, o Imperador. A análise cuidadosa de crônicas como a *Historia Compostelana*, a *Chronica Adefonsi Imperatoris* ou mesmo as *Crônicas anónimas de Sahagún* nos permitem afirmar sem sombra de dúvidas que mais do que a busca por enfrentamento, o mecanismo político mais aplicado pelo monarca foi a negociação, principalmente, através de doações de senhorios.

Isso possibilitou seu fortalecimento diante de forças expressivas presentes em seu próprio território, assim como mais firmeza para lidar com problemas para além de suas fronteiras. Ao mesmo tempo, as doações alfonsinas possibilitaram, localmente, a consolidação do já eminente *poder senhorial-episcopal* cada vez mais robusto nas mãos

⁵ *In dei nomine. Notum sit presentibus et futuris quod ego R. Segontinus episcopus vadens in expeditione contra sarracenos accipio mutuo a capitulo segontine ecclesie m. morabentinos de maiordomia et septingentos de camareria pro quibus obligo illis hereditates meas peregrina et Romanones ita videlicet ut fructus earum percipiant in solutum doc predictos morabentinos integre percipiant et mitto priorem nomine capituli in possessionem predictarum hereditatum. In testimonium igitur hujus obligationis presentem paginam facio et eam sigilli nostri appositione confirmo. Facta carta segontie sub era m^a cc^a xxx^a iiii^a.* Tradução para o português: Leandro Duarte Rust. Original em latim presente em: *COLECCIÓN DIPLOMÁTICA*. In: MINGUELLA Y ARNEDO, 1910, p. 484.

dos bispos e arcebispos castelhanos e leoneses. Percebe-se aqui, muito rapidamente, o quão falho é o famoso e tradicional modelo francês de se pensar que descentralização de poder por meio de doações de privilégios era um iminente enfraquecimento hierárquico das monarquias e conseqüentemente o fortalecimento da aristocracia revoltosa. Ao contrário, o que se verifica é um processo curioso de horizontalidade nas relações de poder. Tudo, a meu ver, acabava desaguando num processo de negociação entre ambas as partes onde nem sempre ceder significa perder⁶.

Tudo isso, como venho afirmando desde o início deste artigo, impactou no avanço da dominação territorial por parte dos senhores-bispos e, claro, a possibilidade sempre tão constante de alargamento de suas fronteiras fosse por meio da guerra ou na obtenção de privilégios por meio de negociações.

Quanto a este mecanismo – a negociação – cuja funcionalidade aparece melhor nos momentos de tensão e disputa, tomemos como exemplo analítico um documento emitido em 25 de março de 1129, durante o Concílio de Palência, por Alfonso VII.⁷

O contexto que antecede teor do documento pode ser assim resumido: o jovem monarca castelhano-leonês precisava constantemente de recursos econômicos para partir em campanha contra os muçulmanos. O principal senhor a quem Alfonso VII recorria – e não pela primeira vez – era o arcebispo compostelano Diego Gelmírez que, frente as investidas, ofereceu-lhe 70 marcas de prata, porém, no que parecia ser mais uma perda financeira para o senhorio episcopal jacobeu, tornou-se uma possibilidade ímpar de negociação.

Conforme relatado na *Historia Compostelana*, Gelmírez estabeleceu um pagamento anual de 100 marcas de prata, uma breve citação deste documento:

El arzobispo (...) acordó con él (...) que le entregaría anualmente cien marcas para que ni molestase ni inquietase a el ni a su iglesia y no le pidiera nada más; y cuando tuviera su reino apaciguado y tranquilo, acabadas todas las guerras, devolvería al propio compostelano, si vivía, o a su sucesor y a la iglesia de Santiago en dinero o en señoríos hasta la última moneda de todo aquel dinero que iba a recibir de él anualmente y en estas condiciones⁸.

⁶ Sobre isso, indico o interessante estudo de ESCALONA MONGE, 2004.

⁷ TUMBO A. Doc. 101 – 25 de março de 1129. p. 247-248.

⁸ HISTORIA COMPOSTELANA. Libro III, cap. XII. p. 512.

O conteúdo do documento presente no cartulário, nada mais é do que a confirmação, da parte de Alfonso VII, do combinado anteriormente com Gelmírez. Mas o senhor-bispo sabia que era fundamental que aquilo fosse firmado por escrito, documentado, e assim, podemos verificar no cartulário o monarca castelhano-leonês doando o que nem ao menos possuía.

Ele promete ao senhor-bispo, e não só a ele, como o faz isso diante de diversos senhores laicos e episcopais – inclusive Bernardo de Sigüenza – que após reconquistada a cidade de Mérida seu senhorio seria entregue ao arcebispo de Santiago. O interessante deste documento é que se trata de uma doação “para o futuro”, prática, aliás, muito comum em diversas monarquias medievais e constantemente praticada pelo castelhano-leonesa sob o governo de Alfonso VII. Com um importante caráter urbano, o referido dom foi uma concessão *iure hereditario* do domínio jurisdicional desta localidade e através de aquisição pareciam conjugarem-se interesses muito importantes e diversos do senhor episcopal compostelano. Mais uma vez, o equilíbrio de forças se ordenava, mesmo com o evidente risco de quebra de acordo da parte de Alfonso VII.

Finalmente, quase um ano após o Concílio de Palência e a emissão do documento presente no *Tumbo A*, podemos verificar no cartulário de Sigüenza que Alfonso VII confirmou uma carta de doação emitida no passado ao senhor-bispo seguntino Bernardo e diante de todo o Concílio de Carrión, em 7 de fevereiro de 1130 foi assinado o seguinte conteúdo que nos foi legado:

Estas [coisas] que foram dadas e concedidas pelos reis [e para que] não sejam entregues ao esquecimento deles, convém que sejam confirmadas pelo testemunho dos escritos. Assim, eu, Afonso, Imperador da Espanha, pela graça de Deus e em prol da minha alma e a dos meus pais, faço esta carta de doação e confirmação ao senhor Deus, à Santa Maria e a Don Bernardo, bispo da sede de Sigüenza, e aos seus sucessores católicos, para o Castelo de Santiuste, integralmente, com o seu foro e seus arredores, que havia nos tempos do meu avô, o rei Afonso, de boa memória, e daquela Villa de la Riba que fica perto daquela que é povoada e que está mencionada na carta da mesma doação feita por mim – e que foi confirmada no concílio de Palência. Portanto, dêo e concedo à referida Igreja e aos seus reitores não somente o castelo, como também a décima parte do rendimento real, e o restante de todas as herdades de Medina, Atienza e suas aldeias, as quais minha mãe e eu demos e confirmamos pelos nossos escritos; de modo que a dita Igreja tenha e possua tudo isto por direito hereditário para sempre. Se algum homem, varão ou mulher, tanto os meus quanto aqueles de qualquer lugar, tentar infringir este meu dom, como Datã e Abiron, os quais a terra engoliu vivos, e como Judas, por trair o Senhor, sofra penas no inferno inferior perpetuamente, e pagará à referida Igreja o valor de mil libras de puríssimo ouro, e que esta

minha doação se mantenha sempre firme. A presente carta de doação foi feita na Era de 1168 e VII de fevereiro, e confirmada e realizada na presença de todo o concílio de Carrión. Eu, Afonso, Imperador da Espanha, que mandei fazer [esta doação] pelo próprio *robore*, confirmo na presença do Senhor Humberto, presbítero cardeal da Santa Igreja Romana e legado do título de São Clemente. Eu, Humberto, pela graça de Deus, cardeal presbítero, junto com os arcebispos, bispos e abades, os quais estão presentes no santo concílio de Carrión, em nome do onipotente Deus e dos santos apóstolos Pedro e Paulo e do senhor papa, excomungo e condeno para sempre todos aqueles que, sem a vontade e permissão do dito bispo, [descumprirem] este dom régio e tentarem atacar, invadir ou se aproximar das suas posses, até que peçam perdão e que sejam expostos e restituam conforme os cânones⁹.

Alfonso VII, deste modo, submete-se e impõem-se ao mesmo tempo. Ele sabe que nas querelas de negociação não há outra escapatória se não jogar o jogo imposto pela necessidade. A memória de seus atos é constantemente evocada e o badalo do sino episcopal não para de se mover a cada nova passagem de pergaminho entre os dedos gélidos dos notários.

Breves conclusões de conjunto

Deste modo, os cartulários funcionaram como esse atributo, esse pequeno, mas importante detalhe nas disputas de poder. Pois eles eram muito bem usados pelos

⁹ *Ea que a regibus sunt data atque concessa. ne posteris eorum oblivioni tradantur. oportet ut litterarum testimonio confirmentur. Quo circa ego Adefonsus dei gratia hispanie imperator pro remedio anime mee et parentum meorum facio cartam donationis et confirmationis domino deo et beate Marie. domnoque; B. segontine sedis episcopo ejusque; catholicis successoribus de illo castello Sancti justi toto integro cum illo foro et illis terminis quos habuit in diebus bone memorie. avi mei regis Adefonsi. et illa villa de la ripa que est circa illud populata sicut continetur in carta de hac eadem donatione a me facta. – et in palentino concilio roborata. Dono etiam et concedo predictae ecclesie. ejusque; rectoribus. tam prenominatum castellum. quam etiam decimas regalium reddituum. et ceteras omnes hereditates quas mater mea et ego. illi dedimus in medina et attencia. et in aldeis earum et scriptis nostris confirmavimus. ut habeat et possideat supradicta ecclesia hec omnia jure hereditario per infinita secula seculorum. Si vero aliquis homo vir vel femina, tam de meo quam de alio aliquo genere hoc meum donum infringere temptaverit. cum datan et abiron quos terra obsorbuit vivos. et cum juda domini proditore in inferno inferiori. penas lugeat perpetuas et ad partem supradicte ecclesie mille libras aure purissimi pro coto pectet et hoc meum donativum semper maneat firmum Facta carta hujus donationis. ERA M.C.LXVIII. et VII idus Febroarii. et confirmata in presentia tocius concilii carrione habiti. Ego Adefonsus hispanie imperator quod fieri mandavi proprio robore confirmo. in presentia domini humberti Sancte Romane ecclesie presbiteri cardinalis et legati. tituli sancti clementis. Ego humbertus dei gratia presbiter cardinalis una cum archiepiscopis. et episcopis. atque abbatibus. qui sancto carrionensi concilio interssunt. ex parte dei omnipotentis et beatorum apostolorum Petri et Pauli et domini pape excomunico atque in perpetuum dampno omnes illos qui hec regia dona sine voluntate et consensu episcopi predicti petere aut invadere vel suis usibus applicare temptaverint. quousque ad satisfactionem veniant et que ablata fuerint. restituunt canonice. Tradução para o português: Marcelo Pereira Lima e Bruno Gonçalves Alvaro. Original em latim presente em: *COLECCIÓN DIPLOMÁTICA*. In: MINGUELLA Y ARNEDO, 1910, p. 352.*

senhores episcopais, em especial quando o *pode señorial-episcopal* dava mostras de desgaste e seus territórios eram ameaçados.

O estudo dos cartulários eclesiásticos medievais não deixa de ser um estudo de memória social e como bem afirmou Le Goff, este estudo “é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento” (LE GOFF, 1996, p. 426).

Por fim, fica a esperança de que o que foi apresentado nestas breves reflexões possa ser revisitado e se possível melhorado, pois, realmente acredito que não há história e historiografia sem nos expormos constantemente às críticas e autocríticas antes que elas se cristalizem como invenção da memória.

Referências bibliográficas

Documentos medievais impressos:

COLECCIÓN DIPLOMÁTICA. In: MINGUELLA Y ARNEDO, Toribio. Historia de la Diócesis de Sigüenza y sus Obispos: Desde los comienzos de la Diócesis hasta fines del Siglo XIII. Madrid: Imp. de la Revista de Arch., Bibl. y Museos, 1910. Vol. 1. p. 347-389.

HISTORIA COMPOSTELANA. Introducción, traducción, notas y índices de Emma Falque Rey. Madrid: Akal, 1994.

LA DOCUMENTACIÓN DEL TUMBO A DE LA CATEDRAL DE SANTIAGO DE COMPOSTELA. Estudio y Edición de Manuel Lucas Álvarez. León: Centro de Estudios e Investigación San Isidoro, Caja de España de Inversiones, Caja de Ahorros y Monte Piedad, Archivo Histórico Diocesano, 1997.

Demais estudos:

ALVARO, Bruno Gonçalves. *As Veredas da Negociação: Uma Análise Comparativa das Relações entre os Senhorios Episcopais de Santiago de Compostela e de Sigüenza com a Monarquia Castelhana-Leonesa na Primeira Metade do Século XII*. Tese (doutorado) – UFRJ/IH/ Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Rio de Janeiro, 2013, 280 f.

DONDERIS GUASTAVINO, Amparo. La digitalización del Archivo Municipal de Sigüenza. *Anaquele: boletín de libros, archivos y bibliotecas de Castilla-La Mancha*, Toledo, n. 44, p. 31-32, 2009;

_____. El Archivo Municipal de Sigüenza. *Anaquele: boletín de libros, archivos y bibliotecas de Castilla-La Mancha*, Toledo, n. 38, p. 38-39, 2007;

_____. Fuentes Documentales para el estudio de Sigüenza en el Archivo Histórico Provincial de Guadalajara. *Boletín de la ANABAD*, Madrid, Tomo 57, n. 1, p. 473-482, 2007.

ESCALONA MONGE, Julio. Misericordia regia, es decir, negociemos: Alfonso VII y los Lara en la "Chronica Adefonsi imperatoris". In: ALFONSO ANTÓN, María Isabel; ESCALONA MONGE, Julio; MARTIN, Georges. (Coord.). *Lucha política: condena y legitimación en la España medieval*. Lyon: ENS Éditions, 2004. p. 101-152.

GARCÍA-MUÑOZ, Almudena E. Gutiérrez. Originales y copias: la conservación en el Archivo de la Catedral de Sigüenza (siglo XII). In: SÁEZ SÁNCHEZ, Carlos. (Ed.). VI Congreso Internacional de Historia de la Cultura Escrita, Alcalá de Henares, 9-13 de julio de 2001, Actas... Madrid: Calambur Editorial, 2002. 2 v. V. 2, (Libros y documentos en la Alta Edad Media. Los libros de derecho. Los archivos familiares). p. 133-142;

_____; SÁEZ SÁNCHEZ, Carlos. La comparación de dos cartularios: Celanova y Sigüenza. Privado. *Boletín auriense*, Galicia, n. 32, p. 105-116, 2002.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

LUCAS ÁLVAREZ, Manuel. Las Fuentes Documentales. In: LA DOCUMENTACIÓN DEL TUMBO A DE LA CATEDRAL DE SANTIAGO DE COMPOSTELA. Estudio y Edición de Manuel Lucas Álvarez. León: Centro de Estudios e Investigación San Isidoro, Caja de España de Inversiones, Caja de Ahorros y Monte Piedad, Archivo Histórico Diocesano, 1997. p. 29-58.

MINGUELLA Y ARNEDO, Toribio. Historia de la Diócesis de Sigüenza y sus Obispos: Desde los comienzos de la Diócesis hasta fines del Siglo XIII. Madrid: Imp. de la Revista de Arch., Bibl. y Museos, 1910-1913. O autor divide cada um dos três volumes com os respectivos subtítulos: Desde los comienzos de la Diócesis hasta fines del siglo XIII, publicado em 1910. Desde principio del siglo XIV hasta comienzos del

siglo XVII foi publicado em 1912 e, por fim, no ano seguinte, o volume final: Desde principios del siglo XVII hasta fines del XIX.

PÉREZ VILLAMIL, Manuel. El señorío temporal de los obispos de España en la Edad Media. Informe dado à la Real Academia de la Historia con motivo de la <Historia de la Antiquísima Villa de Albalate del Arzobispo>. *Boletín de la Real Academia de la Historia*, Madrid, t. 68, 1916, p. 361-390.

SÁEZ SÁNCHEZ, Carlos. Orden, conservación y ostentación: el cartulario de la catedral de Sigüenza (c. 1212). *Anuario de estudios medievales*, Madrid, v. 1, n. 36, p. 171-199, 2006;

_____. Origen y función de los cartularios hispanos. *Anuario del Centro de Estudios Históricos*, Córdoba, v. 5, n. 15, p. 37-48, 2005;

_____. Ordenar y conservar en la catedral de Sigüenza (siglos XII-XIII). In: _____. (Coord.). *Paisajes de la cultura escrita*. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá de Henares, 2001. p. 75-92.